

Cacos de cerâmica e fazendas camponesas: o campesinato itálico nas categorias de classificação de sítios nos levantamentos de superfície.

Surface scatters and peasants' farmsteads: the Italic peasants in field survey site-classification schemes.

José Knust.

Professor de História do Instituto Federal Fluminense, *campus* Macaé;

Doutorando em História na Universidade Federal Fluminense;

Membro do Núcleo de pesquisas em Marx e o Marxismo, seção sobre o Pré-Capitalismo.

Email: zeknust@gmail.com

Pequena nota biográfica:

José Knust é licenciado e bacharel em História pela Universidade Federal Fluminense, onde também obteve o título de mestre em História com uma dissertação sobre Escravidão Romana intitulada “Senhores de escravos, senhores da razão: Racionalidade Ideológica e a *Villa* escravista na República Romana (séculos II e I a.C.)”. Está no último ano do seu curso de doutorado, também na Universidade Federal Fluminense, na qual desenvolve uma tese sobre as transformações vividas pelo campesinato da Itália central no processo de sua submissão ao poderio romano, entre os séculos V e III a.C.. Desde 2009 integra a seção dedicada ao estudo das Sociedades Pré-Capitalistas do NIEP-Marx. Ao mesmo tempo, desde 2014, é professor de História no *campus* Macaé do Instituto Federal Fluminense.

Resumo

Os dados produzidos por projetos de levantamento de superfície realizados na Itália central nas últimas décadas têm sido amplamente utilizados para o estudo do campesinato romano. Tal uso desses dados é tributário do esquema de classificação utilizado para interpretar esses vestígios arqueológicos, fundamentado sobretudo nas categorias “*Villa*” e “Small Farm”. Ambas são determinadas por um debate pré-estabelecido sobre a crise do campesinato e ascensão da “villa escravista” e por imagens pré-concebidas sobre o que é uma “propriedade escravista” e uma “propriedade camponesa”. Neste texto, pretendo levantar algumas questões sobre o que considero serem as premissas básicas que fundamentam a imagem de uma “propriedade camponesa” subjacente à este modelo interpretativo. Acredito que essa imagem está fundamentalmente ligada a uma visão tradicional e superada de campesinato (visto como um grupo social atrasado, isolado, voltado para a mera produção de sua autossustentação) e que pode ser questionada tanto em termos teórico-conceituais quanto a partir de algumas recentes escavações de sítios arqueológicos provavelmente ligados ao campesinato itálico.

Palavras-chave: Campesinato Romano; Levantamentos de Superfície; Fazendas Camponesas.

Abstract

Roman peasant studies have widely used data produced by central Italian field survey's projects in last decades. This procedure is tributary of the classification scheme used to interpret these archaeological remains, mainly based in the categories ‘Villa’ and ‘Small Farm’. Both are determined by a pre-established debate on the crises of Roman peasantry and rise of ‘slave-run villa’, as well preconceived images of what is a ‘slave-run estate’ and a “peasant farm”. In this paper, I want to raise some questions about what I consider the basic assumptions driving the image of a ‘peasant farm’, which underlies this interpretation scheme. I believe this image is fundamentally linked to a traditional and out-of-date idea on what is a peasant – which had been seen as a backward social group, isolated, and solely concerned on the production of its subsistence. We can criticize it theoretically, from categories’ perspective, as well empirically, from the perspective of some recent excavations of archaeological sites probably linked to the Italic peasantry.

Key words: Roman Peasants; Field Surveys, Small Farms.

Cacos de cerâmica e fazendas camponesas: o campesinato itálico nas categorias de classificação de sítios nos levantamentos de superfície.

Introdução: informações dos levantamentos de superfície e a história agrária romana

O desenvolvimento dos levantamentos de superfície (*field surveys*) e da arqueologia da paisagem na Itália ao longo das últimas cinco décadas vem transformando o estudo da história agrária romana. Especialmente relevante para a Itália central, os resultados do pioneiro *South Etruria Survey* logo foram utilizados para desafiar o modelo tradicional de crise do campesinato italiano após a conquista romana (Frederiksen, 1970). Isto fez com que historiadores repensassem seus modelos para a história agrária dos últimos séculos do período republicano, baseados fundamentalmente nas fontes escritas (acima de tudo as vidas dos Gracos de Plutarco e a Guerra Civil de Apiano).

Desde então, os levantamentos de superfície vêm tendo um papel central no desenvolvimento dos estudos sobre a economia e sobre as estruturas agrárias da Itália romana, especialmente por nos proverem as primeiras informações relacionadas diretamente com os níveis mais baixos da hierarquia social. Antes da difusão dos levantamentos de superfície, as únicas informações que possuíamos acerca da história agrária romana estavam ligadas às elites: as fontes literárias e algumas grandes *uillae* escavadas.

O procedimento fundamental para o uso das informações produzidas pelos levantamentos de superfície na história agrária romana consiste em uma tipologia para classificação dos sítios consolidada por T.W. Potter (Potter, 1979) e amplamente utilizada desde então pela maioria dos projetos realizados na Itália. De maneira geral, os sítios rurais têm sido classificados em três grandes categorias: *Villa*, Fazenda e Cabana. Alguma variação no detalhe pode ser identificada na comparação entre diferentes levantamentos, mas o padrão geral de uma hierarquização tripartite dos sítios se mantém (veja os esquemas classificatórios nas tabelas do apêndice). Esta tipologização é tão recorrente, que Mamoru Ikeguchi propôs há poucos anos uma padronização de diferentes modelos de classificação de sítios de diversos projetos em um modelo geral que se definia justamente pela tipologização *Villa-Fazenda-Cabana* (veja a tabela 1).

Area/ Categoria	Fontes Literárias	Etrúria Meridional	Ager Cosanus	Vale do Biferno	Vale do Liri	Rieti	Monte Massico
<i>Villa</i>	<i>Villa</i>	<i>Villa</i>	<i>Class A, Class B</i>	<i>Villa</i>	<i>Villa, Major- Sites</i>	<i>Villa, Large- Occupation</i>	<i>Villa</i>
Fazenda	<i>Casa</i>	<i>Small-Farms</i>	<i>Class C, Class D</i>	<i>Farmstead</i>	<i>Minor- Sites</i>	<i>Farm, Farmstead, Medium- Occupation</i>	<i>Farm</i>
Cabana	<i>Tugurium</i>	<i>Huts Shacks</i>	---	<i>Domestic- Site</i>	<i>Scatters</i>	<i>Possible- structure, Small- Occupation</i>	<i>Pottery- Scatter</i>

Tabela 1 - Esquema de padronização das classificações de sítios proposta por Ikeguchi (Ikeguchi, 2006, p. 139)

Uma combinação entre tamanho da área de dispersão de fragmentos identificados como um sítio (grande, médio, pequeno) e avaliação qualitativa do material (evidências de uso doméstico ou de estruturas luxuosas no sítio) tem sido o critério principal para este sistema classificatório. Neste sentido, sítios com grandes áreas de dispersão de fragmentos nos quais mármore, *tesserae* ou outros materiais caros foram encontrados são identificados como *uillae*. Por outro lado, sítios com pequena área de dispersão de fragmentos, dentre os quais cerâmicas de uso doméstico, mas não materiais caros, têm sido identificados como pequenas fazendas.

Uma questão primordial para este esquema classificatório é sua subordinação a uma grande narrativa pré-concebida baseada em fontes literárias. *Villa* e “pequena fazenda” são categorias derivadas do modelo de crise do campesinato, que presumia um número decrescente de pequenas fazendas camponesas e um número crescente de *uillae* da classe dominante. É extremamente significativo que Potter justifique o uso de suas categorias identificando correspondências entre elas e o vocabulário dos tratados de Varrão e Catão, que se referem a *uilla*, *casa* e *tugurium* (Varrão, *De Re Rustica*, 2.10.6 e Columella, *De Re Rustica*, 12.15.1) (Potter, 1979, p. 122).

O esquema classificatório de Potter torna os dados arqueológicos relevantes para uma narrativa predeterminada (seja para confirma-la, seja para negá-la). Portanto, as fontes de origem arqueológica são analisadas sob a luz das fontes escritas, tornando-se de certa maneira subordinadas a estas (Rathbone, 2008, p. 306). Este fato limita o uso autônomo dos dados arqueológicos, diminuindo a possibilidade de usá-las para desafiar (ou mesmo confirmar de maneira independente) o conhecimento prévio (Witcher, 2012, p. 22).

Na última década, os problemas do uso de referências das fontes textuais para analisar as evidências arqueológicas de *uillae* têm sido muito discutidos (Kronenberg, 2009; Marzano, 2007; Reay, 2005; Terrenato, 2001). Este texto pretende discutir os problemas desse sistema classificatório nos níveis mais baixos da hierarquia dos assentamentos rurais. Esta questão também recebeu alguma atenção nos últimos anos (De Haas, 2012; Rathbone, 2008; Witcher, 2012). O objetivo deste texto será identificar as principais premissas, implícitas ou explícitas, que determinam a categorização de certos tipos de sítios como pequenas fazendas. O estudo da história agrária romana não deveria tomar essas premissas como fatos inquestionáveis. Eles devem ser vistos como modelos ou hipóteses possíveis, que devem ser comparados com alternativas possíveis. Desta maneira, será possível desenvolver o uso dos dados arqueológicos para a história agrária romana.

Primeira premissa: a classificação binária

A primeira premissa deste esquema classificatório é sua classificação binária. No intuito de tornar os dados dos levantamentos de superfície relevantes para o debate sobre a crise do campesinato, o sistema classificatório foi desenvolvido em torno de duas categorias fundamentais do debate historiográfico, baseado nas fontes escritas: as pequenas fazendas camponesas e as *uillae* da classe dominante.

Dominic Rathbone tem argumentado, contudo, que essa distinção básica entre grandes e pequenos sítios, identificados de maneira geral como *uillae* e pequenas fazendas, é falha. Na verdade, existiria um amplo espectro de tamanho de propriedades fundiárias, e a relação entre o tamanho do edifício com seu terreno (e destes com a posição social de seu proprietário) não é sempre direta. Acima de tudo, alguns edifícios de tamanho mediano podem compreender tanto fazendas de camponeses prósperos quanto propriedades da classe dominante (possivelmente um proprietário absenteísta) (Rathbone, 2008, pp. 314–316).

Em um cenário no qual membros da classe dominante romana costumavam possuir terrenos dispersos ao longo de toda a Itália (Garnsey & Saller, 1987, pp. 314–316; Kuziřcin, 1984), a existência de propriedades sem elementos luxuosos (ou mesmo um grande edifício) pertencentes a grandes proprietários parece ser bastante provável. Alguma referência à tradição literária pode nos ajudar a esclarecer esse ponto. Há uma passagem muito interessante no livro III da *De Re Rustica* de Varrão sobre quais propriedades poderiam ser chamadas de *uilla*. O protagonista do diálogo, o personagem

Merula, interroga outro personagem se uma de suas propriedades, “na qual um pintor ou um estucador nunca foram vistos”, seria menos uma *uilla* do que outra, “a qual é adornada com toda a arte do pintor de afrescos” (Varrão, *De Re Rustica*, 3.2.9). No mesmo sentido, a famosa carta em que Plínio lista para Calvisio Rufião as vantagens e desvantagens de comprar uma propriedade vizinha a uma de suas propriedades nos conta que um rico proprietário romano poderia manter uma *uilla* sem requintes se outra *uilla* próxima já desempenhasse o papel de residência luxuosa na área (Plínio, o jovem, *Epístolas*, 2.19.2). Desta forma, algumas propriedades poderiam, por qualquer razão, ser pouco interessantes para visitas regulares do proprietário e, portanto, não estimular a construção de grandes e luxuosas estruturas, mesmo tendo potencial econômico suficiente para sua exploração ser economicamente vantajosa para um rico proprietário. Comunidades camponesas, por outro lado, não são sociedades igualitárias. São, na verdade, compostas por grupos de *status* social e posição econômica distintos (Rathbone, 1981, p. 21). Efetivamente, famílias razoavelmente abastadas no interior de comunidades camponesas não são uma realidade excepcional. Portanto, famílias camponesas prósperas podem ter sido proprietárias desses edifícios de tamanho médio. Algumas propriedades listadas por Rathbone podem nos garantir alguns bons exemplos. O sítio escavado de Giardano Vecchio (ver imagem 1), no *Ager Cosanus*, por exemplo, tem uma área construída considerável (cerca de 600 m²). Esta é dividida, a grosso modo, em uma área doméstica onde há alguma evidência de amenidades, como uma pavimentação em *cocciopesto* e gesso branco de parede (cômodos A2 e A21, associado com a cozinha A10), e uma área produtiva na qual ocorria pisa de uvas (área para pisa A19 e *dolia* A20, associadas aos cômodos A12 e A18) (Attolini et al., 1983, p. 464). A despeito da identificação desse sítio com o reassentamento de Cosa, ocorrido em 197 a.C. (Celuzza, 1985, pp. 142–143), é impossível estabelecer de maneira inequívoca se o sítio de Giardino Vecchio era de propriedade de uma próspera família camponesa ou de um membro da classe dominante romana que designava sua administração a um *uilicus*. Esta é a mesma situação do edifício da fase 2 do sítio em Posta Crusta (ver imagem 2), no norte da Apúlia. Ele também era um edifício de tamanho razoável (cerca de 400 m²), incluindo espaços domésticos com amenidades (pavimentação em *opus signinum* com mosaicos e inserções de *opus sectile* nos cômodos 7 e 8) e espaços produtivos (setor noroeste, espaços 9-13) (De Boe, 1975, pp. 520–523). A famosa *uilla* Sambuco (Östenberg, 1962), a despeito de sua nomenclatura e sua usual referência como uma “Villa Catoniana” (McKay, 1998, p. 104), também consiste em um edifício de médio

porte (c.530 m²), internamente organizado de maneira bem similar ao edifício da fase 2 de Posta Crusta (veja imagem 3). A verdade é que tanto famílias camponesas abastadas quanto membros da classe dominante romana poderiam ter sido proprietários dos mesmos edifícios em momentos diferentes de suas histórias – e nenhuma evidência arqueológica poderia ser utilizada para identificar de maneira taxativa essa mudança na propriedade.

Estas considerações sobre sítios escavados têm duas principais consequências em termos de análise das informações dos levantamentos de superfície. Em primeiro lugar, é preciso conceber o esquema *Villa-Fazenda-Cabana* de uma maneira mais flexível, levando em conta categorias intermediárias – como alguns dos projetos de levantamento já tem feito (*e.g.* “Major Site” no projeto do Vale do Liri e “Villa B” e “Villa C” no projeto do *Ager Cosanus* – ver apêndice). Ademais, a associação imediata entre hierarquia de sítios e hierarquia social precisa de refinamentos. Pessoas de diferentes *status* social poderiam ter sido proprietários de sítios dentro da mesma categoria (isto é, dentro do mesmo critério de classificação do material arqueológico), assim como pessoas do mesmo *status* social poderiam ter sido proprietários de sítios de categorias diferentes (ver próxima seção).

Segunda premissa: a correspondência entre as hierarquias social e dos assentamentos

A segunda premissa básica do esquema classificatório em debate é que a maioria dos edifícios das pequenas fazendas camponesas eram construídos de maneira robusta o suficiente para produzir evidências arqueológicas minimamente identificáveis. Esta premissa permite identificar os pequenos sítios identificados nos levantamentos de superfície com a base da hierarquia social, enquanto sítios com quantidades muito exíguas de materiais (ou mesmo quantidades tão exíguas e dispersas de materiais que não permitem nem mesmo a definição de um sítio) são identificados como indícios de abrigos sazonais ou pequenos edifícios anexos (o “Cabana” na tipologia tripartite). De outro modo, aqueles pequenos sítios poderiam ser pensados como indícios de sítios de tamanho mediano, enquanto estas dispersões de material muito exíguas representariam as habitações daquela população mais pobre da Itália (Rathbone, 2008, p. 326).

Na verdade, a identificação da correspondência entre hierarquias dos sítios arqueológicos, dos assentamentos que eles representam e da posição social daqueles que os habitaram é ainda mais complexa do que uma mera questão de ajustar

apropriadamente os níveis dessas diferentes pirâmides hierárquicas. Questionando isso que identifiquei como segunda premissa, Dominic Rathbone argumenta que um setor substancial do campesinato romano deve ter vivido em edifícios rurais tão pequenos, rudimentares e de curta ocupação que dificilmente seus exíguos vestígios materiais poderiam ser apropriadamente reconhecidos pelos levantamentos de superfície (Rathbone, 2008, p. 307).

Obviamente, esta não é uma afirmação facilmente fundamentada nas fontes arqueológicas. O único exemplo escavado deste tipo de estrutura mencionado por Rathbone é uma cabana oval ocupada no século II a.C. revelada sob um edifício maior posterior, escavado em Matrice, no Sâmnio. Infelizmente, os autores não nos dão maiores informações do que essa possível data de escavação e uma foto da fundação em pedra (Lloyd, 1991, p. 182). Rathbone lista ainda uma série de referências textuais que corroborariam a imagem de camponeses vivendo em cabanas rústicas (Ovídio, *Metamorphoses* 8.629-88; Pseudo-Virgílio, *Moretum*; Columella, *De Re Rustica* 12.15.1; Plínio, o velho, *Naturalis Historia*, 16.35). Uma leitura mais atenta a cada uma dessas referências, contudo, nos permite enxergar que se tratam de construções de uma imagem mítica de um camponês pobre e pio, e não uma amostra de como a maior parte dos verdadeiros camponeses vivia.

Por fim, Rathbone propõe o uso de cabanas etruscas escavadas para exemplificar este tipo de estrutura que ele tem em mente (Rathbone, 2008, pp. 310–311). Não obstante, devemos nos questionar o porquê de sermos capazes de recuperar vestígios de cabanas etruscas e não conseguirmos o fazer para as cabanas romanas. Possivelmente, o padrão de habitações em cabanas ovais cedeu lugar para um padrão de estruturas mais robustas, construídas em pedra, em um processo que deve ter se dado, na Itália central, entre os séculos V e II a.C.. Processo similar é conhecido para os séculos anteriores no meio urbano italiano, sendo inclusive considerado como um dos elementos centrais na urbanização da Itália central (Becker, 2013, p. 11; Cornell, 1995, pp. 94–96, 101–102). Corroborando essa imagem, escavações recentes no parque de Centocelle, em Roma, revelaram estruturas interpretadas pelos arqueólogos responsáveis como espécie de forma intermediária entre o padrão da cabana oval proto-histórica e a típica pequena fazenda romana (Volpe, Bettelli, Festuccia, & Remotti, 2009, pp. 131–132).

Ainda que levemos em consideração esse processo, uma possível efemeridade das estruturas domésticas camponesas pode ter importantes implicações para o estudo arqueológico. Ao fim e ao cabo, a pirâmide hierárquica dos sítios e dos assentamentos

pode simplesmente não se encaixar de maneira alguma na pirâmide da hierarquia social. Grandes estruturas domésticas, de boa construção, são mais prováveis em contexto de assentamento estável, resultado de processos inter-geracionais de construção, expansão, reforma e reconstrução. Existem alguns indícios disso em algumas das poucas pequenas fazendas escavadas na Itália.

O edifício escavado no sítio 9, próximo a Luni, foi provavelmente construído na segunda metade do século I a.C. (começo da fase 2), tomando o lugar de uma edificação prévia, menor, ocupada no início do século I a.C. (Delano-Smith, Gadd, Mills, & Ward-Perkins, 1986, pp. 109–111, 116). Ademais, pode-se identificar uma possível expansão no edifício da fase 2. Os arqueólogos identificaram três diferentes técnicas de construção (veja imagem 4). Preocupações funcionais explicam a diferença entre as técnicas de construção das paredes externas e internas, porém a especificidade da técnica construtiva das paredes da *dolia* talvez sejam melhor explicadas por um momento mais tardio de construção.

No Monte Forco, no *Ager Capenas*, o pequeno edifício escavado no sítio 154 também mostra indícios de reformas ao longo da história de ocupação do sítio. Três níveis estratigráficos foram identificados (veja as imagens 5 e 6), e estruturas específicas relacionadas a cada um deles: *dolia*, banco ou cocheira e fundações de estacas (Jones, 1963, pp. 151–153). No sítio 26, próximo a Pompéia, em Boscoreale Giuliana (ver imagem 8), a escavação identificou o núcleo de uma pequena estrutura prévia (cerca de 180 m²) que foi expandida posteriormente para um edifício mais substancial (cerca de 530 m²) (Della Corte, 1921, pp. 423–426; Rathbone, 2008, p. 318). Estas expansões, reformas e reconstruções podem indicar prosperidade econômica de seus proprietários, a transferência da prosperidade para um novo dono mais rico ou apenas a estabilidade da propriedade, que permitiu um investimento constante no edifício.

Por outro lado, como muitos estudiosos tem defendido nos últimos a hipótese de uma alta mobilidade geográfica do campesinato italiano (Horden & Purcell, 2000; Scheidel, 2004; Witcher, 2006), a hipótese de Rathbone de estruturas domésticas camponesas temporárias e rudimentares parece bastante plausível. Em termos de custo-benefício, construções muito dispendiosas seriam pouco atrativas em um contexto de assentamentos de curta história de ocupação (em termos intergeracionais).

Desta maneira, estes edifícios bem construídos poderiam ter sido propriedade de camponeses abastados (especialmente no caso de estruturas não tão pequenas, como o sítio 9 de Luni) ou por camponeses que tinham expectativa de estabilidade na

propriedade de suas terras (o que converge com a interpretação de Jones sobre o pequeno edifício do sítio 154 no Monte Forco ter sido construído como parte do programa de assentamento de veteranos de César que teve lugar no *Ager Capenas* em 46 a.C.). Ao mesmo tempo, camponeses mais pobres ou camponeses sem propriedade estável de suas terras poderiam ter vivido em estruturas mais rudimentares. Estas considerações sugerem diversas implicações para os sistemas de classificação de sítios dos levantamentos de superfície. Por exemplo, a robusta estrutura do sítio 154 no Monte Forco não implica necessariamente um *status* social maior de seu proprietário em comparação com a pequena cabana próxima a Matrice. Mais do que uma disparidade entre o *status* social de seus proprietários, a diferença entre os dois edifícios pode se dever a diferentes expectativas de continuidade no assentamento. Portanto, os estudos de história agrária romano não deveriam usar *apenas* o tamanho da área de dispersão e a qualidade dos materiais para identificar as hierarquias social e de assentamentos na paisagem italiana. Neste sentido, outros critérios classificatórios devem aparecer nos esquemas analíticos – por exemplo, a longevidade de ocupação pode ser uma abordagem alternativa muito importante (Witcher, 2012, pp. 28–29)

Terceira premissa: o camponês autônomo e isolado

A terceira premissa do esquema classificatório em análise é a de que cada ponto nos mapas de distribuição de sítios representa uma unidade familiar camponesa, identificada com um espaço unitário utilizado tanto para habitação quanto para o trabalho cotidiano. A escavação do sítio 154 no Monte Forco, no *Ager Capenas*, durante o *South Etruria Survey* é um exemplo paradigmático. Durante o levantamento de superfície, seis sítios (151-156) foram identificados neste monte (veja imagem 7). Os arqueólogos classificaram cinco destes sítios como pequenas fazendas camponesas, porque nenhum deles era significativamente maior que os outros. A única exceção foi o sítio 156, que foi identificado com uma cabana devido as ausências de cerâmica e de quantidades consideráveis de tijolos e telhas (Jones, 1962, pp. 172–173, 1963, p. 147). A escavação do sítio 154 pretendia prover um exemplo do tipo de estrutura que essas pequenas áreas de dispersão de cerâmica e materiais de construção representavam (Jones, 1963, pp. 147–149). Os pesquisadores presumiram, portanto, que cada um desses pontos no mapa de distribuição de sítios seriam similares ao sítio 154 escavado, sendo todos portanto identificados como pequenas fazendas autônomas. Essa presunção é completamente tributária da ideia tradicional de camponeses isolados,

vivendo no limite da subsistência, com conexões extremamente superficiais com o mundo exterior. A mesma estratégia de “sítios exemplares”, no qual um sítio é escavado para prover um exemplo de como os outros sítios provavelmente seriam, foi adotada em outros projetos de levantamento de superfície. No levantamento do *Ager Lunensis*, o sítio 9 foi escavado “pois este parecia ser típico de uma série de assentamentos romanos próximos a barrancos descobertos no levantamento” (Delano-Smith et al., 1986, p. 111) (veja imagem 9). No levantamento da bacia do Gubbio, o sítio de San Marco Romano foi escavado por razões similares (Whitehead, 1994, p. 192), assim como Podere San Mario no levantamento do vale do Cecina (Motta, 1997, p. 251).

Contudo, as escavações em andamento no *Roman Peasant Project* – projeto que pretende justamente escavar diversos sítios identificados como pequenas propriedades camponesas – na província de Grosseto tem revelado um mundo camponês muito distante dessa imagem tradicional. Ao invés de camponeses autônomos e isolados, o projeto tem identificado uma paisagem de edificações camponesas muito mais diversificada na Etrúria. As escavações não identificaram, por exemplo, estruturas domésticas para a Fase 1 (tardo-republicana/ alto-imperial) no sítio de Pievina. As estruturas escavadas foram identificadas como um forno, um armazém e uma cisterna (veja imagem 10) (Ghisleni et al., 2011, pp. 109–110). Como os arqueólogos não puderam escavar todo o sítio identificado pelo levantamento de superfície (veja imagem 11), é possível que haja um espaço doméstico em uma das áreas não escavadas e, portanto, o sítio poderia ser identificado como um espaço unitário de habitação e trabalho de uma família camponesa abastada. Por outro lado, pode-se imaginar também um espaço de trabalho compartilhado por diversas famílias camponesas que vivessem próximas dali.

Esta é a interpretação utilizada para explicar outro sítio escavado por este projeto. Um pequeno sítio escavado em Case Nuove foi identificado como uma área para processamento de alimentos (provavelmente prensagem de azeitonas) por conta da identificação de estruturas para prensagem sem qualquer indício de uso habitacional do sítio (veja as imagens 12 e 13). Se a interpretação cronológica do sítio estiver correta, durante um primeiro momento o campesinato das redondezas o utilizou comunalmente, enquanto em um segundo momento uma *villa* próxima incorporou-o (Vaccaro et al., 2013, pp. 137–149).

Os pesquisadores do *Roman Peasant Project* acreditam que suas escavações podem nuançar o esquema tradicional de classificação dos sítios porque elas revelam tipos

diferentes de estruturas arquitetônicas para além da imagem binária de pequenas fazendas camponesas e *uillae* (Ghisleni et al., 2011, p. 134). Neste sentido, os pontos nos mapas de distribuição não representariam necessariamente o espaço de habitação de uma família camponesa autônoma. Eles poderiam representar um dos diferentes espaços nos quais diferentes famílias camponesas desempenham algumas das suas atividades cotidianas ou sazonais. Assim, ao invés de famílias camponesas autônomas vivendo separadamente em cada um desses pontos no mapa, seria possível identificar comunidades espacialmente esparsas, mas conectadas, compartilhando diferentes tipos de espaços e estruturas representados por esses pontos no mapa identificados pelos levantamentos de superfície. Nesse sentido, ao invés de ser um exemplo de sítios similares, os pequenos sítios escavados, como o sítio 154 em Monte Forco, poderiam fazer parte de uma rede local complexa de sítios.

Mais importante ainda, as pessoas podem usar uma mesma edificação de maneiras diferentes ao longo da história de ocupação deste. Mais uma vez pode-se usar o sítio 154 de Monte Forco como exemplo. Dado que as fundações para estacas identificadas para a Fase 3 do sítio não parecem ter sido fortes o suficiente para suportar um segundo andar, os pesquisadores os interpretaram como uma forma de criar divisões internas no edifício, anteriormente inexistentes, provavelmente para definir cocheiras, sugerindo, portanto, o uso do edifício para criação de animais nesta fase.

A fazenda em Lucera (veja imagem 14), escavada próxima à Nocelli, nos dá outro exemplo. A equipe responsável pela escavação, também liderada por G.D.B. Jones, interpretou sua primeira fase como uma pequena fazenda camponesa ligada à redistribuição de terra (existem traços de centurição na área). Contudo, eles interpretaram a terceira fase do sítio como um local de processamento de azeite sem qualquer uso doméstico (Jones, 1980, pp. 95–96). Entre as duas fases, a única transformação se dá no uso interno do espaço do edifício. Portanto, diferentes proprietários (ou mesmo um único proprietário) poderiam usar um mesmo edifício, sem grandes transformações estruturais, de maneiras muito distintas. Sendo assim, as dispersões de material identificadas nos levantamentos e classificadas como “pequenas fazendas camponesas” podem realmente terem sido pequenas fazendas em um dado momento de sua história, mas não necessariamente durante toda essa história. Esta interpretação alternativa pode ter muitas implicações para o uso dos dados dos levantamentos de superfícies. Em primeiro lugar, seu uso para reconstruções demográficas nas quais os pequenos sítios são identificados como espaços domésticos

nos quais um certo número de pessoal deveriam viver deve ser questionado. No mesmo sentido, a intensificação do assentamento pode indicar a transformação da paisagem edificada e um desenvolvimento econômico, ao invés de um crescimento demográfico. O estudo de vestígios que possam identificar diferentes tipos de estruturas (como fornos, cisternas, armazéns e prensas) nos dados dos levantamentos de superfície talvez possa nos ajudar a desenvolver análises mais bem informadas de seus resultados. Acima de tudo, esta interpretação alternativa poderia trazer importantes transformações para a interpretação hegemônica sobre a vida social e econômica do campesinato romano. A construção pelos camponeses de complexas redes de estruturas produtivas converge com a visão de um campesinato romano próspero, ao invés de um campesinato romano empobrecido (Garnsey, 1998 contra; Kron, 2008). Assim, seria bastante frutífera uma abordagem que contextualizasse horizontalmente as informações dos levantamentos de superfície, permitindo a identificação de redes de sítios e artefatos que ajudaria a refinar as classificações desses sítios. Esta abordagem poderia significar a passagem de uma arqueologia dos assentamentos para uma verdadeira arqueologia da paisagem (Witcher, 2012, p. 27).

Conclusão: complexificando o uso das informações dos levantamentos de superfície na História agrária

Há mais de trinta anos, John Evans publicou um importante artigo no qual identificava um uso “anedótico” das fontes escritas pelos historiadores que se dedicavam à história agrária romana (Evans, 1980). Desde então, os historiadores têm estado cada vez mais preocupados em tomar conhecimento dos processos de produção de cada uma das fontes escritas que utilizam em seus trabalhos. Atualmente sabemos que é impossível utilizar o tratado de Catão para estudar a história agrária romana sem levar em consideração sua construção de uma auto-imagem aristocrática no texto (Reay, 2005), assim como utilizar Columella sem prestar atenção às metáforas políticas que envolvem suas determinações sobre a organização espacial (Joly, 2003), por exemplo.

Ao longo das últimas décadas, outro importante desenvolvimento metodológico se deu nos estudos sobre a história agrária romana: a crescente importância dos dados arqueológicos, especialmente daqueles produzidos pelos levantamentos de superfície. Chegou a hora dos historiadores encararem o fato de que da mesma maneira que eles precisam estar atentos aos processos de produção das fontes escritas para utilizar com correção as informações que dali obtêm, eles também devem ter o mesmo tipo de

atenção quanto a criação, transformação e uso dos dados arqueológicos. Neste processo, os critérios de classificação dos sítios desempenham papel central, porque tornam os dados arqueológicos úteis para os debates historiográficos. No mesmo sentido em que se deve estar atento aos problemas literários da produção textual de Catão e Columella, também se deve estar atento a como áreas de dispersão de cerâmicas têm sido consideradas sinônimos de pequenas fazendas camponesas.

Estas observações não pretendem defender uma posição cética acerca da utilização dos dados dos levantamentos de superfície. A intenção destas reflexões críticas é desenvolver seu uso, reivindicando critérios de classificação mais complexos e autônomos. A reflexão sobre as premissas que norteiam os critérios de classificação dos sítios é um dos passos necessários para o desenvolvimento do uso dos dados arqueológicos nos estudos sobre história agrária romana – assim como as considerações sobre aspectos literários e culturais da produção textual tem sido cruciais para desenvolver o uso das fontes literárias.

Bibliografia

Arthur, P. (1991). *Romans in northern Campania: settlement and land-use around the Massico and the Garigliano basin*. London: British School at Rome.

Attolini, I. (n.d.). Ricognizione archeologica nell'Ager Cosanus e nella valle dell'Albegna. Rapporto preliminare 1981.

Becker, J. A. (2013). Italic Architecture of the Earlier First Millennium BCE. In R. B. Ulrich & C. K. Quenemoen (Eds.), *A Companion to Roman Architecture*. Wiley.

Becker, J. A., & Terrenato, N. (Eds.). (2012). *Roman republican villas: architecture, context, and ideology*. Ann Arbor: University of Michigan Press.

Celuzza, M. (1985). Un insediamento di contadini: la fattoria di Giardino. In A. Carandini (Ed.), *La Romanizzazione dell'Etruria: il territorio di Vulci* (pp. 106–107). Firenze: Regione Toscana ;

Cornell, T. (1995). *The Beginnings of Rome: Italy and Rome from the Bronze Age to the Punic Wars (c.1000–264 BC)*. London; New York: Routledge.

De Boe, G. (1975). Villa romana in località "Posta Crusta". Rapporto provvisorio sulle campagne di scavo 1972 e 1973. *Notizie Degli Scavi Di Antichità*, 39.

De Haas, T. (2012). Beyond dots on the map: intensive survey data and the interpretation of small sites and off-site interpretation. In P. Attema & G. Schörner, *Comparative issues in the archaeology of the roman rural landscape: site classification between survey, excavation and historical categories*. Portsmouth, Rhode Island: Journal of Roman Archaeology.

Delano-Smith, C., Gadd, D., Mills, N., & Ward-Perkins, B. (1986). Luni and the “Ager Lunensis” the Rise and Fall of a Roman Town and Its Territory. *Papers of the British School at Rome*, 54, 81–146. <http://doi.org/10.2307/40310830>

Della Corte, M. (1921). Altra Villa rustica, scavata dal sig. cav. Carlo Rossi-Filangieri nel fondo di Raffaele Brancaccio, nella stessa contrada Civita Giuliana (Comune di Boscoreale) nei mesi di gennaio a marzo 1904. *Notizie Degli Scavi Di Antichità*, 18, 423–426.

Dyson, S. L. (1978). Settlement Patterns in the Ager Cosanus: The Wesleyan University Survey, 1974-1976. *Journal of Field Archaeology*, 5(3), 251–268.

Evans, J. (1980). Plebs Rustica: The Peasantry of Classical Italy. *American Journal of Ancient History*, 5.

Frederiksen, M. (1970). The contribution of Archaeology to the Agrarian Problem in the Gracchan Period. *Dialoghi Di Archaeologia*, VI-V(2-3).

Garnsey, P. (1998). *Cities, peasants and food in classical antiquity: essays in social and economic history*. Cambridge: Cambridge University Press.

Garnsey, P., & Saller, R. P. (1987). *The Roman empire: economy, society and culture*. London: Duckworth.

Ghisleni, M., Vaccaro, E., Bowes, K., Arnoldus, A., MacKinnon, M., & Marani, F. (2011). Excavating the Roman Peasant I: Excavations at Pievina (GR). *Papers of the British School at Rome*, 79, 95–145.

Hayes, J. W., & Martini, I. P. (Eds.). (1994). *Archaeological survey in the lower Liri valley, central Italy under the direction of Edith Mary Wightman*. Oxford: Tempus Reperatum.

Horden, P., & Purcell, N. (2000). *The Corrupting Sea: A Study of Mediterranean History*. Oxford: Blackwell.

Ikeguchi, M. (2006). A method for interpreting and comparing field survey data. In P. F. Bang, M. Ikeguchi, & H. G. Ziche (Eds.), *Ancient economies, modern methodologies: archaeology, comparative history, models and institutions*. Bari: Edipuglia.

Joly, F. D. (2003). Espaço, poder e escravidão no De Re Rustica de Columela. *Revista Brasileira de História*, 23(45), 281–299.

Jones, G. D. B. (1962). Capena and the Ager Capenas. *Papers of the British School at Rome (New Series Volume 17)*, 30, 116–207.

Jones, G. D. B. (1963). Capena and the Ager Capenas: Part II. *Papers of the British School at Rome (New Series Volume 18)*, 31, 100–158.

Jones, G. D. B. (1980). Il Tavoliere romano. L’agricoltura romana attraverso l’aereofotografia e lo scavo. *Archeologia Classica*, 32.

Kron, G. (2008). The Much Maligned Peasant. Comparative perspectives on the productivity of the small farmer in classical antiquity. In L. de Ligt & S. Northwood, *People, land, and politics:*

demographic developments and the transformation of Roman Italy 300 BC-AD 14. Leiden: Brill.

Kronenberg, L. (2009). *Allegories of farming from Greece and Rome: philosophical satire in Xenophon, Varro and Virgil*. Cambridge: Cambridge University Press.

Kuzišcin, V. I. (1984). *La grande proprietà agraria nell'Italia romana: II sec. a. C.-I sec.* Editori Riuniti.

Lloyd, J. (1991). Farming the highlands: Samnium and Arcadia in the Hellenistic and Early Roman Imperial periods. In G. Barker & J. Lloyd (Eds.), *Roman landscapes: archaeological survey in the Mediterranean region*. London: British School at Rome.

Marzano, A. (2007). *Roman villas in central Italy: a social and economic history*. Leiden ; Boston: Brill.

McKay, A. G. (1998). *Houses, Villas, and Palaces in the Roman World*. JHU Press.

Motta, L. (1997). I paesaggi di Volterra nel tardoantico. *Archeologia Medievale*, 24, 245–267.

Östenberg, C. E. (1962). Luni and Villa Sambuco'. In A. Boëthius (Ed.), *Etruscan culture, land and people*. Malmö.

Potter, T. W. (1979). *The changing landscape of South Etruria*. London: Elek.

Rathbone, D. (1981). The Development of Agriculture in the “Ager Cosanus” during the Roman Republic: Problems of Evidence and Interpretation. *The Journal of Roman Studies*, 71, 10–23.

Rathbone, D. (2008). Poor peasants and silent sherds. In L. de Ligt & S. Northwood, *People, land, and politics: demographic developments and the transformation of Roman Italy 300 BC-AD 14*. Leiden ; Boston: Brill.

Reay, B. (2005). Agriculture, Writing, and Cato's Aristocratic Self-Fashioning. *Classical Antiquity*, 24(2), 331–361.

Scheidel, W. (2004). Human Mobility in Roman Italy, I: The Free Population. *The Journal of Roman Studies*, 94, 1–26.

Terrenato, N. (2001). The Auditorium site in Rome and the origins of the villa. *Journal of Roman Archaeology*, 14.

Vaccaro, E., Ghisleni, M., Arnoldus-Huyzendveld, A., Grey, C., Bowes, K., MacKinnon, M., ... Rinaldi, R. (2013). Excavating the Roman peasant II: excavations at Case Nuove, Cinigiano (GR). *Papers of the British School at Rome*, 81, 129–179.

Volpe, R., Bettelli, M., Festuccia, S., & Remotti, E. (2009). Contesti di VI Secolo a.C. sul pianoro di Centocelle (Roma). In *Atti del Convegno Ceramica, abitati, territorio nella bassa valle del Tevere e Latium Vetus, (17-18 febbraio 2003)*. Roma: École Française de Rome.

Whitehead, N. (1994). The Roman Countryside. In C. Malone & S. Stoddart (Eds.), *Territory, time and state: the archaeological development of the Gubbio Basin*. Cambridge ; New York, NY: Cambridge University Press.

Witcher, R. (2006). Agrarian spaces in Roman Italy: society, economy and Mediterranean agriculture. *Arqueología Espacial (Paisajes Agrarios)*, 26, 341–359.

Witcher, R. (2012). “That from a long way off look like farms”: the classification of Roman Rural sites. In P. Attema & G. Schörner, *Comparative issues in the archaeology of the roman rural landscape: site classification between survey, excavation and historical categories*. Portsmouth, Rhode Island: Journal of Roman Archaeology.

Imagens

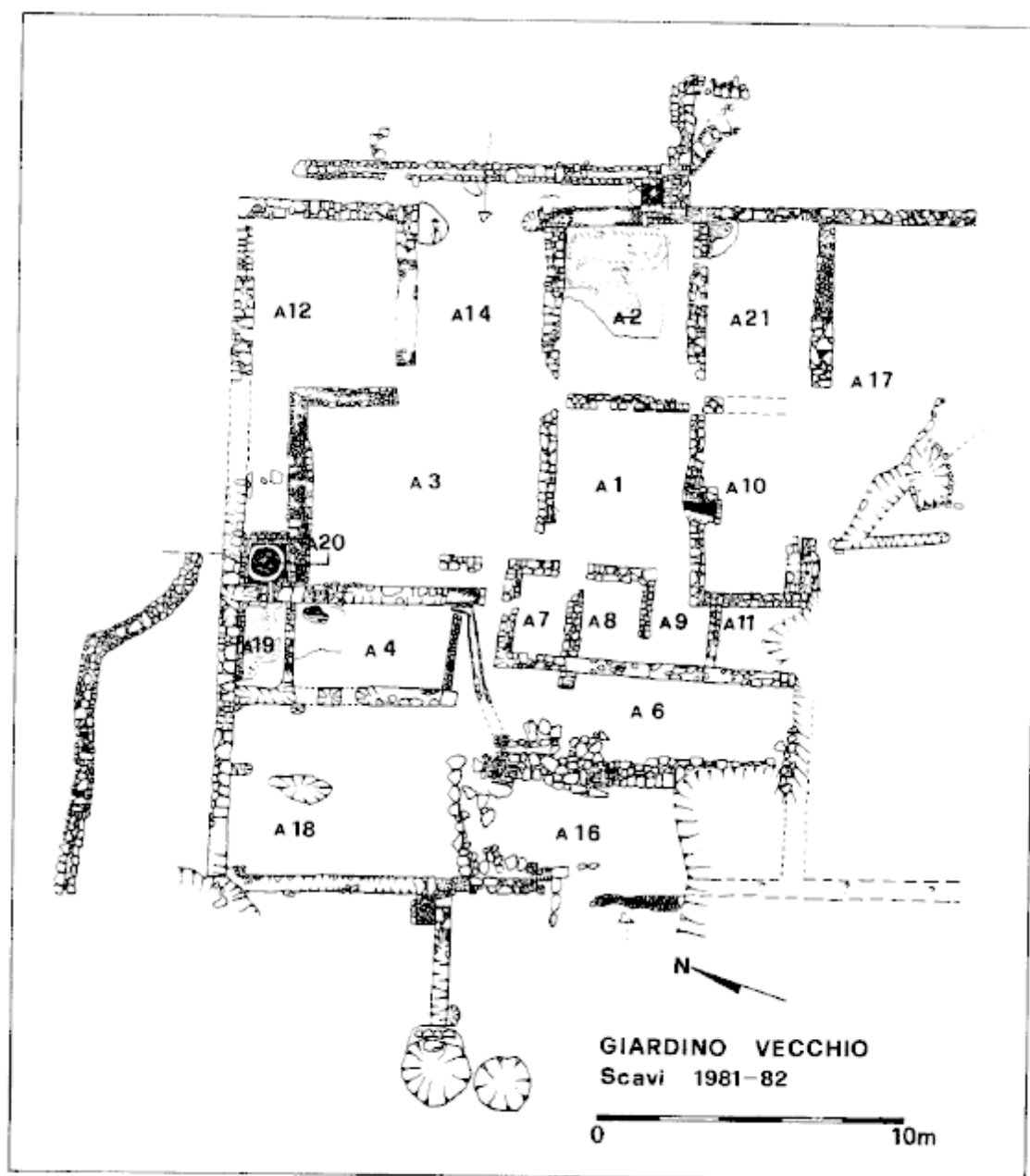


Image 1 – Giardino Vecchio site (Attolini, 1983: 463)

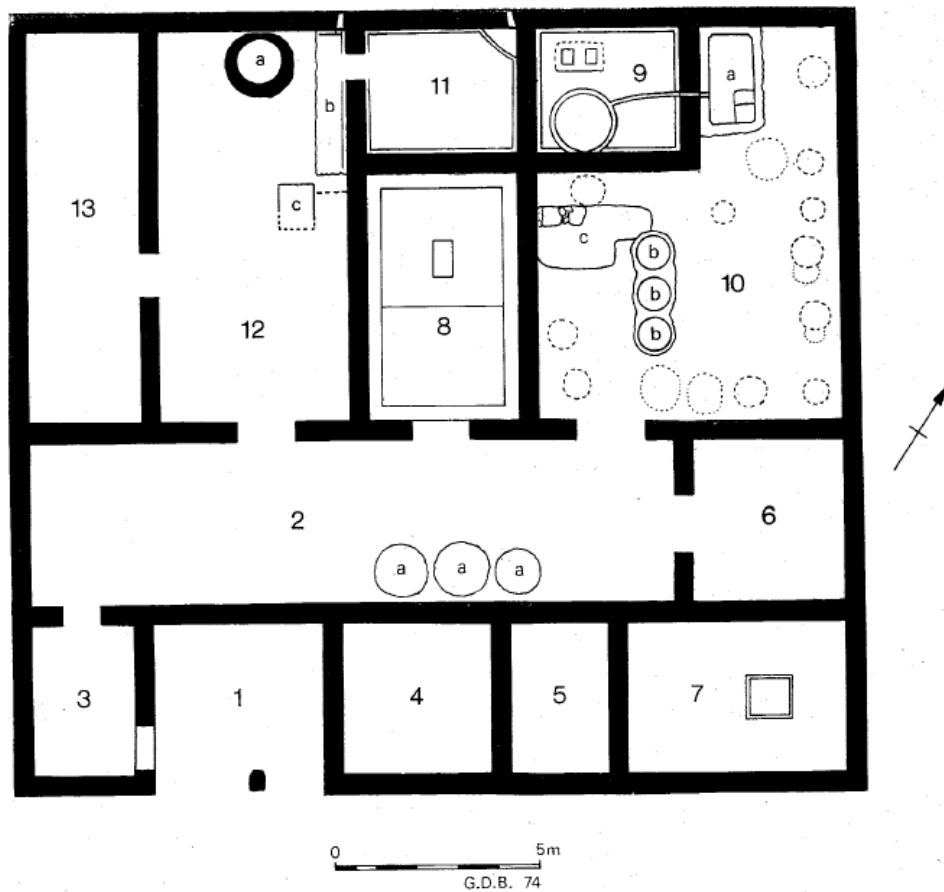


Image 2 – Posta Crusta site (De Boe, 1975:520)

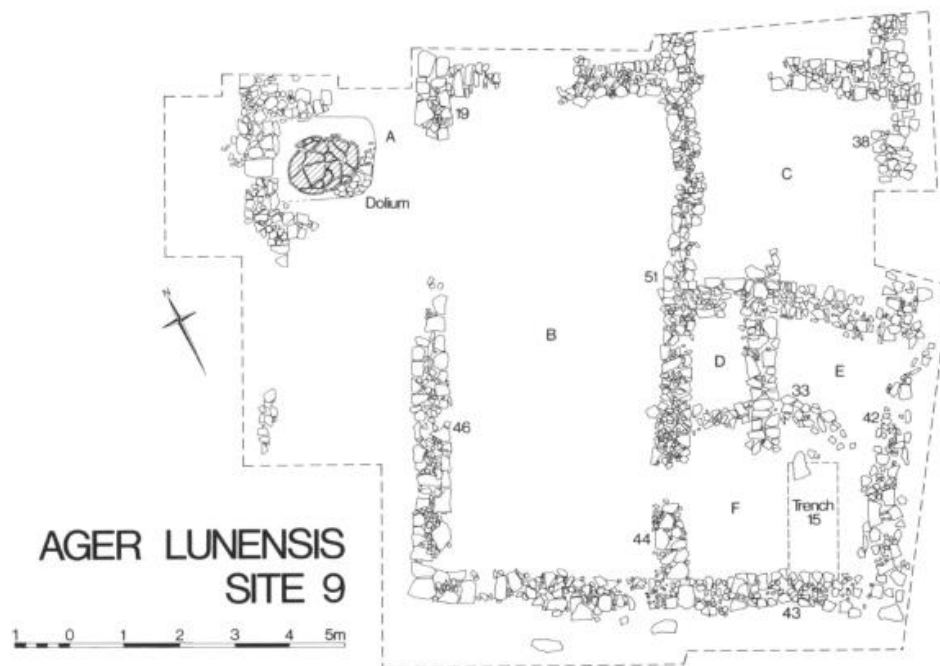


Image 3 – Site 9 near Luni (Delano-Smith et al., 1986: 112)

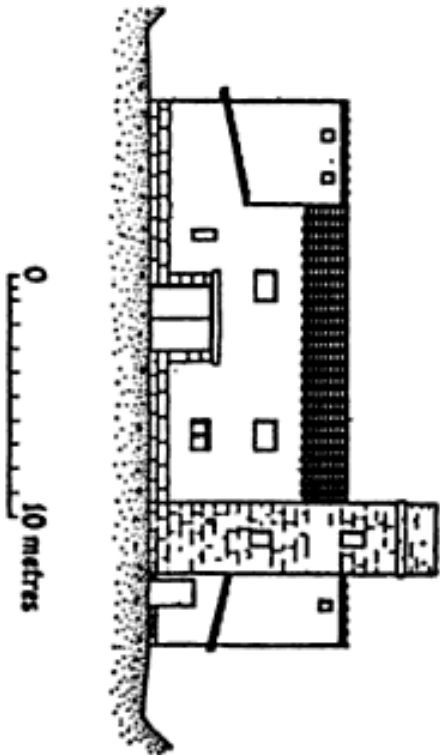
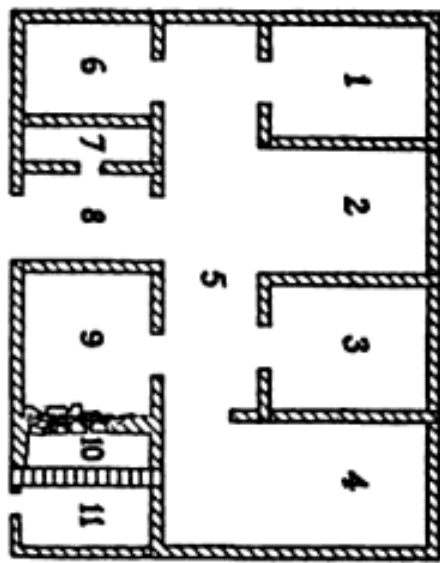


Image 4 - Villa Sambuco, Blera (McKay, 1998, p. 104)

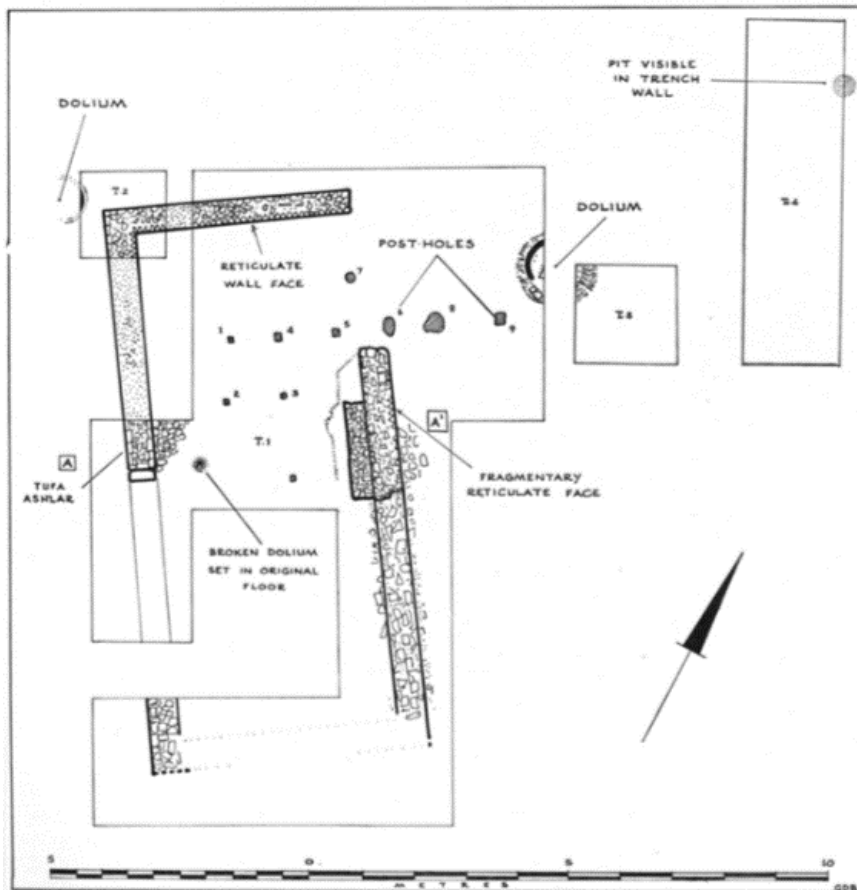


Image 5 – Monte Forco's site 154 – General Plain (Jones, 1963:149)

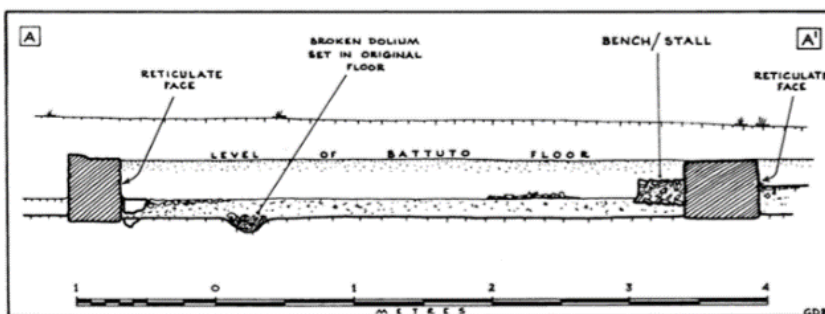


FIG. 19. M. FORCO : SECTION A-A'

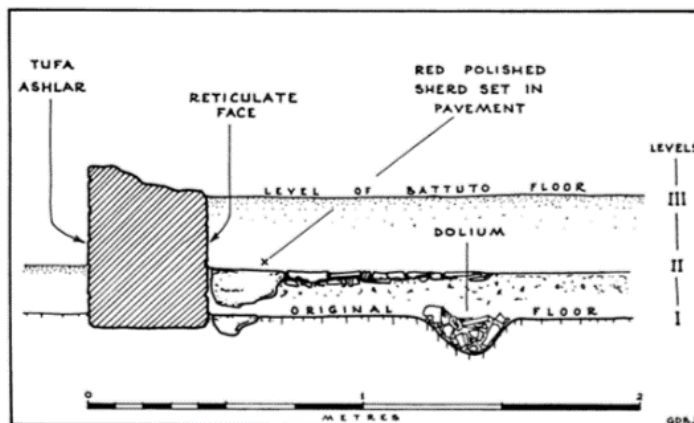


Image 6 – Monte Forco's site 154 – Stratigraphic levels (Jones, 1963: 151)



Image 7 – The Flaminia Ridges – Monte Forco ridge is in the centre of image (Jones, 1962: 131)

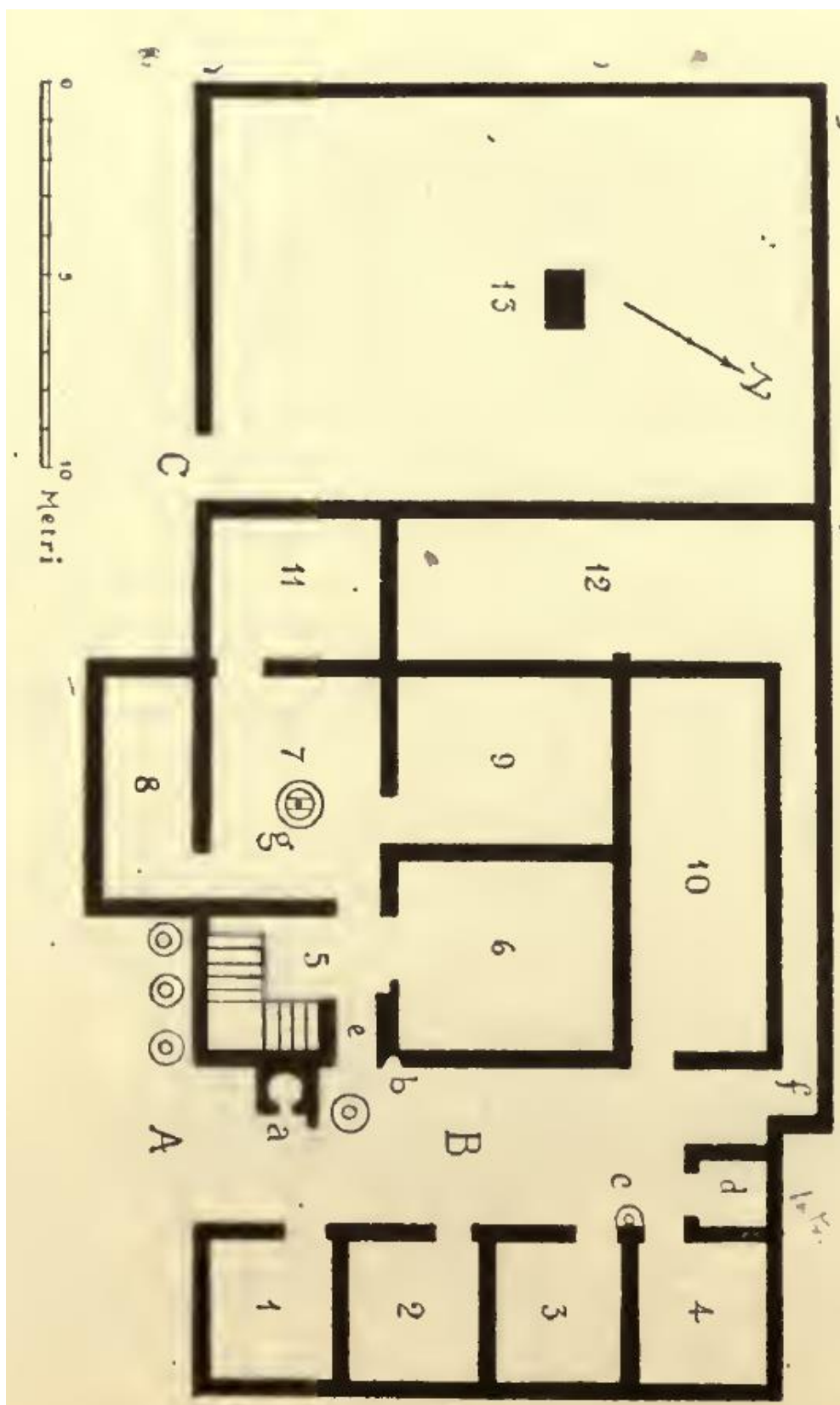


Image 8 - site 26 at Boscoreale Giuliana (Della Corte, 1921, p. 424)

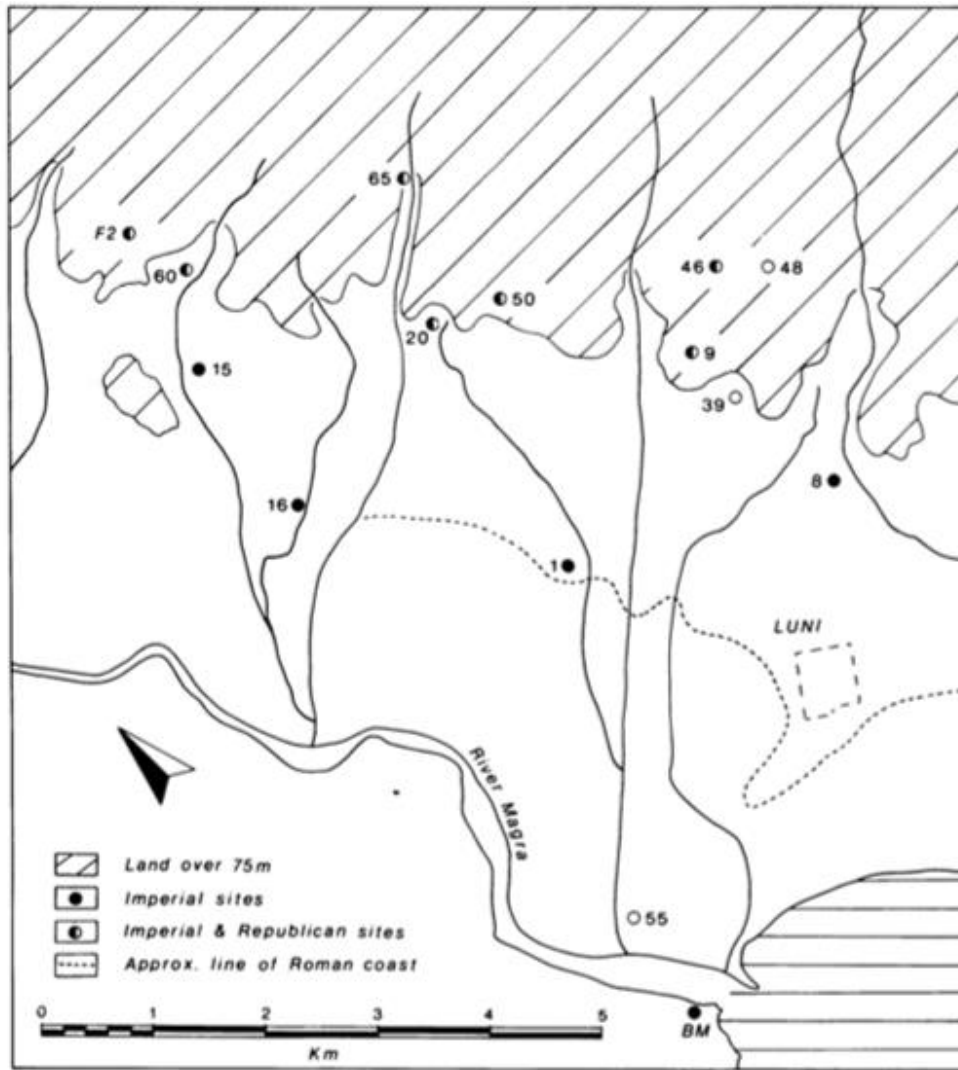


Image 9 – Distribution of Roman Settlements in Ager Lunensis (Delano-Smith et al., 1986: 102)

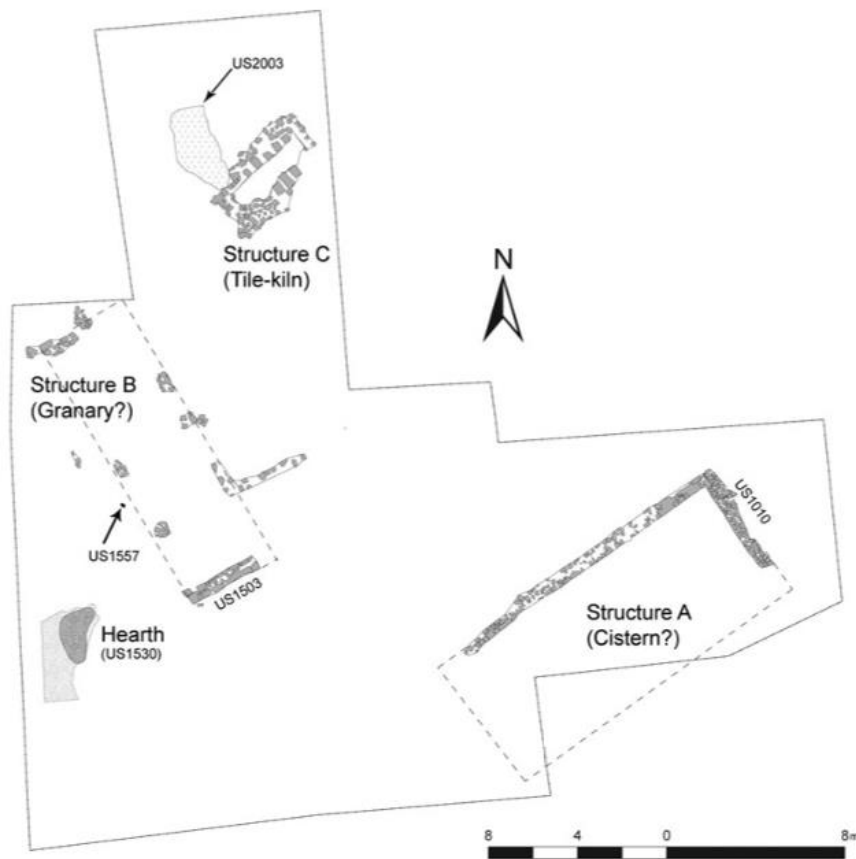


Image 10 – Pievina site - Phase 1 Plan (Ghisleni et al., 2011: 104)

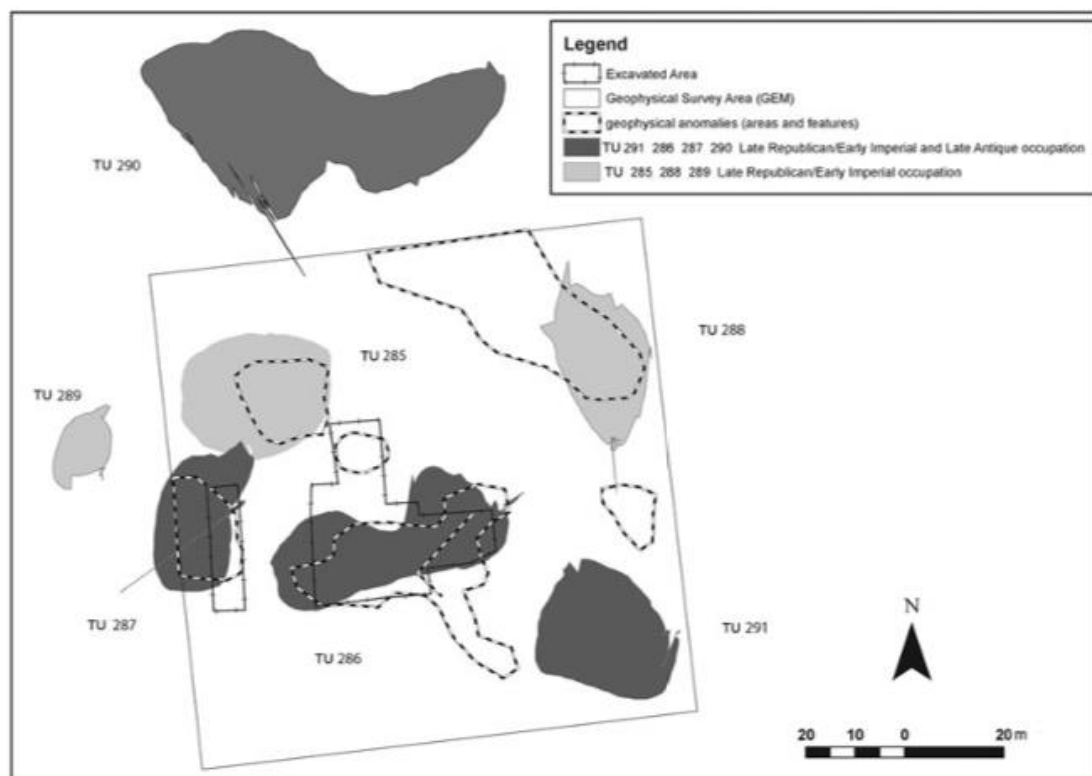


Image 11 – Pievina Site – Surface and geophysical surveys (Ghisleni et al., 2011: 100)

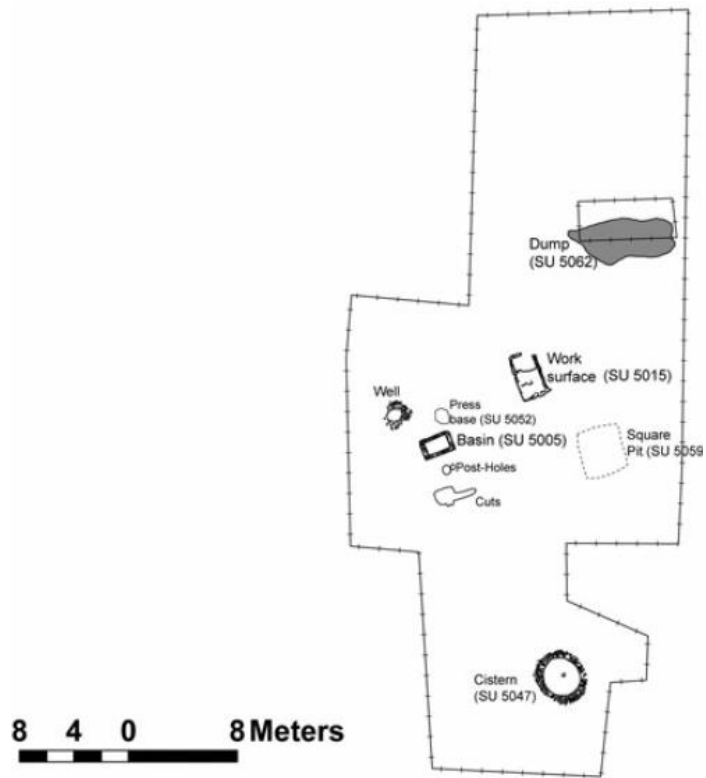


Image 12 – Case Nuove site (Vaccaro et al., 2013: 134)

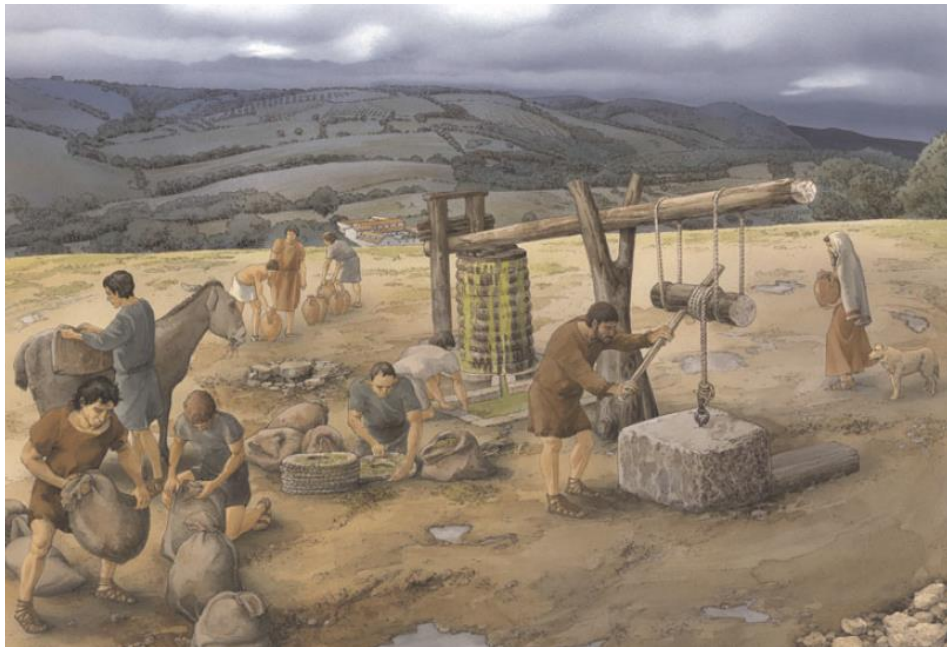


Image 13 – Reconstruction of Case Nuove press installation (Vaccaro et al., 2013: 141)

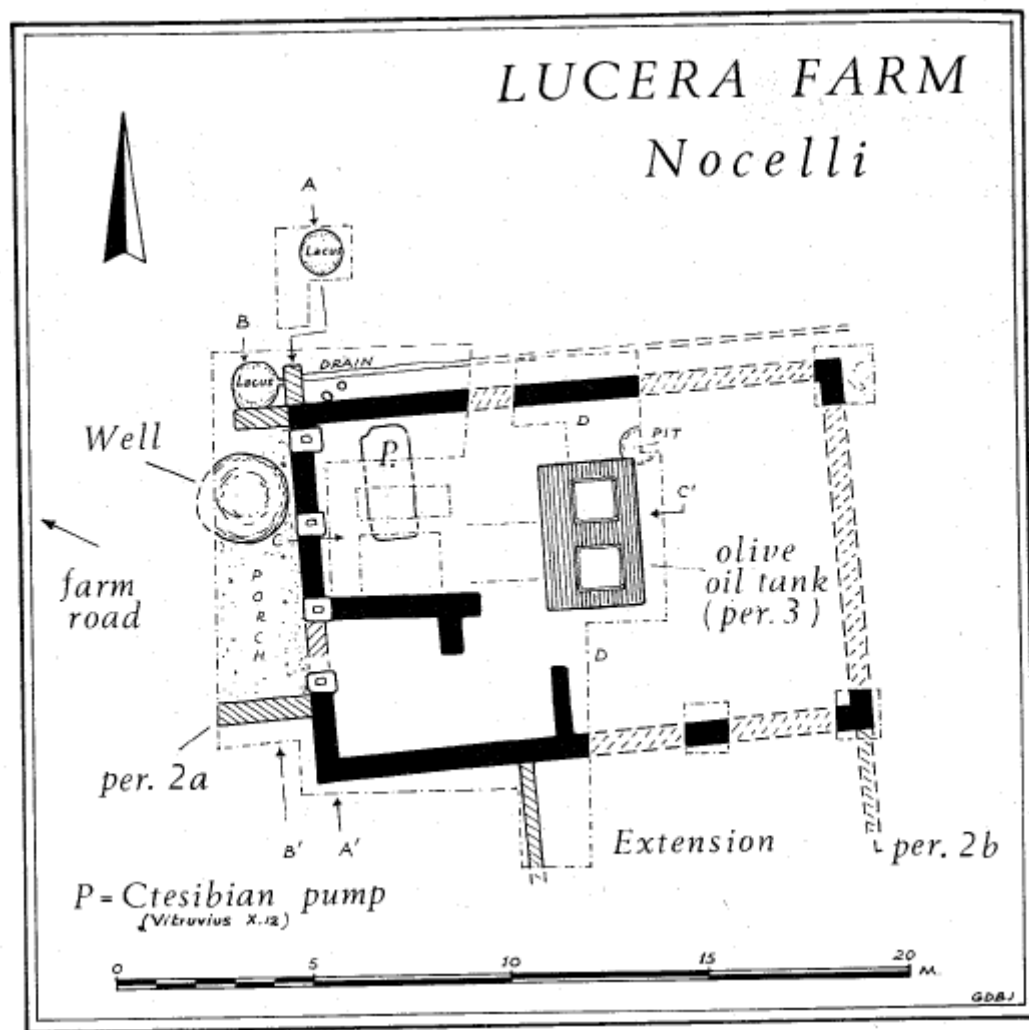


Image 14 - Lucera farm, near Nocelli (Jones, 1980, fig. 6)

Apêndice:

Esquema de classificação de alguns dos mais importantes projetos de levantamento de superfície na Itália central.

South Etruria Survey (Potter, 1979: 122)

Tipo	Interpretação	Critério
1	Ordem decrescente de probabilidade: a) Cabanas e barracas; b) Construções subsidiárias; c) Vestígios de construções mais substanciais destruídos pela aração da terra.	Tamanho da dispersão de material: pequena, raramente cobrindo mais do que poucas centenas de metros quadrados. Presença de alvenaria e cerâmica.
2	Pequenas fazendas Casas de campo modestas mas razoavelmente confortáveis que, diante do padrão de distribuição, parecem ter controlado seu próprio pedaço de terra.	Tamanho da dispersão de material: 1000 a 1400 m ² em média (raramente excedendo 2000 m ²) Grandes quantidades de material de construção no núcleo do sítio (blocos de calcário, paredes com reboco pintado, tijolos de <i>opus spicatum</i> , poucos fragmentos de mármore branco italiano e <i>tesserae</i> de mosaicos branco-e-negro.
3	Villas	Tamanho da dispersão de material: 3500 m ² em média. Vestígios de construção luxuosa (tijolos de hipocausto, sistemas de estocagem de água para banhos, vestígios de colunas, reboco multicolorido, variedade de mármore importados, decoração em gesso, mosaicos mais complexos).

Ager Cosanus (Dyson, 1978: 257, 261-262)

Tipo	Interpretação	Critério
Villa A	Grandes Villas	Edifícios mais suntuosos da área. Indicação de estilo elegante e monumental (terraços, mosaicos, reboco pintado, vestígios de banhos e piscinas, pedaços de mármore).
Villa B	Villas abastadas	Similares às villas A, mas com menor grau de suntuosidade.
Villa C	Villas pequenas com amenidades modestas	Vestígios de amenidades como pavimentos em <i>cocciopesto</i> ou <i>opus spicatum</i> .
Villa D	Pequenas villas ou casas	Apenas alvenaria e cerâmica.

Liri Valley (Hayes & Martini, 1994: 3)

Tipo	Interpretação	Critério
1	Villa	Dispersão de material superior a 2200 m ² Evidências de mármore, terraços, cerâmica fina e mosaicos.
2	Grandes Sítios (correspondente a pequenas villas ou grandes fazendas).	Dispersão de material entre 1800-2200 m ² Densa distribuição do material arqueológico Cuidados seleção da localização (especialmente encostas pouco íngremes voltadas para o sul)
3	Pequenos sítios (provavelmente representam fazendas utilizadas para o trabalho cotidiano sem pretensões arquitetônicas).	Dispersão de material entre 1200-1800 m ² Distribuição menos densa do material arqueológico. Cerâmica comum tende a ser o principal achado.
4	Dispersão de material (representa construções secundárias de algum tipo)	Dispersão de material pequena e indiferenciada com vestígios de alvenaria e cacos de cerâmica.

Campania Setentrional (Arthur, 1991: 22-23)

Tipo	Interpretação	Critério
<i>Assentamentos nucleares</i>		
1	<p>Cidade (Colônia, <i>Municipium</i>)</p> <p>Unidade política e administrativa romana básica. Economia diversificada baseada em produção para além da agricultura e em instalações voltadas para o mercado.</p>	<p>Concentração de material suficientemente diversificada para indicar distintas e variadas áreas de atividade (para além daquelas de natureza agrícola) e grande o suficiente para indicar a habitação de inúmeros núcleos familiares.</p> <p>Presença de edifícios públicos distintos que indiquem administração centralizada.</p>
2	<p>Forum</p> <p>Centro administrativo público. Pequeno assentamento nuclear com instalações produtivas e mercantis.</p>	<p>Similar à cidade, mas em menor escala e sem a presença de vestígios que indiquem que as atividades de manufatura se sobreponham às atividades agrárias, que devem ser preponderantes.</p>
3	<p>Vicus</p>	<p>Similar aos <i>Fora</i>, com a possível distinção quanto a presença de prédios públicos ligados à administração.</p>
<i>Assentamentos dispersos</i>		
4	<p>Villa</p> <p>Propriedade agrícola com uma <i>familia</i> escrava residente que fornece a espinha dorsal da força de trabalho rural.</p> <p>Agricultural estate centre with a resident slave <i>familia</i> to provide the backbone of the rural workforce.</p>	<p>Estrutura construída em pedra ou alvenaria com diferenciação clara de áreas funcionais, incluindo àquelas devotadas às atividades agrícolas e àquelas residências. Estas, por sua vez, diferenciam-se entre si quanto a tamanho e qualidade segundo à hierarquia social que difere proprietário, administrador e trabalhadores. Espera-se, portanto, vestígios de certo grau de conforto, na forma de estruturas de banho e decoração (mosaicos, pinturas parietais, etc.).</p>
5	<p>Villa Marítima</p> <p>Residência de férias situada próxima ao mar, na qual eventuais funções produtivas (sempre secundárias) tomam lugar.</p>	<p>Similar às Villas, mas próximas do mar.</p>
6	<p>Fazenda</p>	<p>Estruturas rural contruída em pedra ou alvenaria com evidência de ocupação</p>

	<p>Estabelecimento agrícola para a residência e trabalho de uma família, de trabalhadores assalariados ou arrendatários. Produção agrícola não deve ser dependente do trabalho escravo.</p>	<p>doméstica e áreas de atividade agrícola (fragmentos de <i>dolia</i> e pedras de prensas, por exemplo). Pode haver vestígios de certo grau de conforto, na forma de estruturas de banho simples ou decoração interna (mosaicos simples, reboco pintado, etc.), mas sem a presença de evidências de distinção hierárquica interna.</p>
7	<p>Dispersão de cacos cerâmicas.</p> <p>Potencialmente pode ser vestígios de qualquer uma das estruturas já indicadas, mas realisticamente deve ser:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) pequeno assentamento de uma família nuclear. b) construções subsidiárias; c) áreas de atividades temporárias; d) cemitério. 	<p>Engloba dispersões de material nas quais é possível definir um limite claro, que indica uma área específica de uso intensivo. Configurações particulares da dispersão ou características do material encontrado podem levar a interpretações específicas.</p>
8	<p>Santuário</p> <p>Local de congregação religiosa, normalmente assimilando funções políticas nos tempos pré-romanos, e usualmente utilizado como local de troca de informações e mercadorias.</p>	<p>Concentração de material votivo.</p>
9	<p>Cemitério</p> <p>Conjunto de sepultamentos.</p>	<p>Concentrações distintas de tipos específicos de artefatos associados com vestígios de uma tumba ou de bens funerários dentro de uma área bem definida. Essas concentrações estão normalmente associadas a ossos humanos, mas não a artefatos fragmentários e heterogêneos (indicativos de uma acumulação de lixo).</p>